

CURSO PARA OS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

1 – TEMA: A CERTIFICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS PELO OFICIAL DE JUSTIÇA À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.

2 – OBJETIVO: O curso tem por objetivo desenvolver habilidades técnicas na certificação dos atos processuais que são inerentes ao trabalho do Oficial de Justiça, observando os parâmetros do Processo Civil, do Processo Penal e da Legislação Extravagante, de forma que ao final do curso, o aluno possa estar apto a redigir certidões de forma circunstanciadas e bem fundamentadas.

3 – CONTEÚDO:

- 3.1 - Histórico do Oficial de Justiça.
- 3.2 - Oficial de Justiça como Auxiliar do Juízo.
- 3.3 - O dever de Certificar e a FÉ PÚBLICA.
- 3.4 - Atos PROCESSUAIS CIVIS.
 - 3.4.1 – DA CITAÇÃO
 - 3.4.2 – DA INTIMAÇÃO
 - 3.4.3 - DAS CONSTRICÇÕES PATRIMONIAIS E INDIVIDUAIS
 - 3.4.3.1 – DA PENHORA
 - 3.4.3.2 – DO ARRESTO
 - 3.4.3.3 – DA PRISÃO CIVIL
 - 3.4.3.4 – DA BUSCA E APRESSÃO
 - 3.4.3.5 – DO ARROMBAMENTO
- 3.5 - Atos PROCESSUAIS PENAIS.
 - 3.5.1 – DA CITAÇÃO
 - 3.5.2 - DA INTIMAÇÃO
 - 3.5.3 - DA SESSÃO PLENÁRIA DO JURÍ
 - 3.5.4 - DA BUSCA E APREENSÃO DE PESSOAS E BENS.
- 3.6 - ATOS PROCESSUAIS junto ao JUIZADO ESPECIAL CIVEL
- 3.7 - ATOS PROCESSUAIS junto ao JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
- 3.8 - ATOS Processuais junto ao ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.
- 3.9 - ATOS Processuais junto a Lei Maria da Penha.
- 3.10 - ATOS PROCESSUAIS DIVERSOS
 - 3.10.1 – AÇÕES DE ESTADO
 - 3.10.2 – INCAPAZ
 - 3.10.2 – PESSOA DE DIREITO PÚBLICO
 - 3.10.3 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
 - 3.10.4 – AÇÕES POSSESSÓRIAS
 - 3.10.5 – AÇÕES DE DESPEJO
 - 3.10.6 – ALVARÁ DE SOLTURA

4 – DURAÇÃO DO CURSO: 20 horas.

5 – RECURSOS: 01 NOTEBOOK, DATA-SHOW, QUADRO BRANCO, PINCEL, PAPEL E CANETA.

6 – METODOLOGIA: MÉTODO EXPOSITIVO conjugando a TEORIA COM A PRÁTICA.

7 – AVALIAÇÃO: PROVA AVALIATIVA COM ESTUDO DE CASO, onde o Oficial de Justiça deverá redigir peças de certificação conforme o caso solicitado.

8 - BIBLIOGRAFIA:

- 8.1 – CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.
- 8.2 – Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, 1941.
- 8.2 – Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1948 – Código Penal, 1940.
- 8.3 – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, 2015.
- 8.4 – Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro, 2002.
- 8.5 – Lei nº 10.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.
- 8.6 – Lei nº 9.099, de 26 de dezembro de 1999 – Lei dos Juizados Especiais.
- 8.7 – Lei nº 8069, - Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 8.8 – CARNEIRO, Francisco Noberto Gomes. O OFICIAL DE JUSTIÇA – PRÁTICA LEGAL – 1ª Edição. Ed.Cópias e Papéis Ed. 2017.
- 8.9 – PIRES, Leonel Baldasso. O OFICIAL DE JUSTIÇA – PRINCIPIOS E PRÁTICA. 2º Ed. Porto Alegre. Livraria do Advogado. 1994.
- 8.10 – NARY, Gerges. OFICIAL DE JUSTIÇA MANUAL TEÓRICO E PRÁTICO. 2º Ed. São Paulo. Juriscred. 1974.
- 8.11 – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – RESOLUÇÕES
- 8.12 – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – Principais Julgados.
- 8.13 – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Principais Julgados.